



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA DO PAPA JOÃO PAULO II À POLÓNIA

2-10 DE JUNHO DE 1979

DISCURSO DO SANTO PADRE DURANTE O ENCONTRO COM AS AUTORIDADES CIVIS DA POLÓNIA

Varsóvia, 2 de Junho de 1979

Ilustres Senhores

Exmo. Senhor Primeiro-Secretário

1. «Uma Polónia próspera e serena interessa também à tranquilidade e boa colaboração entre os povos da Europa». Permito-me iniciar com estas palavras pronunciadas pelo inesquecível Paulo VI na resposta ao seu discurso, Senhor Primeiro-Secretário, durante o encontro no Vaticano de 1 de Dezembro de 1977 (Cfr. *L'Osservatore Romano*, 2.12.77). Estou convencido que estas palavras constituem o melhor mote para a minha resposta ao seu discurso de hoje, que todos escutámos com a mais profunda atenção. Todavia, nesta minha resposta, desejo antes de tudo agradecer as palavras tão benévolas referidas à Sé Apostólica e a mim; acrescento ainda um agradecimento às Autoridades Estatais da República Popular Polaca pela sua tão gentil atitude em relação com o convite do Episcopado polaco, o qual exprime a vontade da sociedade católica na nossa pátria; palavras e atitude que por seu lado me abriram também a mim as portas da terra natal. Renovo estes agradecimentos e faço-os extensivos aos vários órgãos das Autoridades Centrais e locais, tendo presente tudo aquilo de que me tornei devedor, pelo seu contributo na preparação e na realização desta visita.

2. Passando pelas ruas de Varsóvia, tão querida ao coração de todos os polacos, não podia resistir à comoção, pensando no grande e doloroso percurso histórico que esta cidade efectuou ao serviço da nossa nação e da sua história. Os anéis especiais deste percurso são o Palácio do «Belveder» e sobretudo o Castelo real que está em construção. Este tem uma eloquência

verdadeiramente particular. Nele falam os séculos da história da pátria, desde quando a capital do Estado foi transferida de Cracóvia para Varsóvia. Séculos especialmente difíceis e especialmente responsáveis. Desejo exprimir a minha alegria, ou melhor, desejo agradecer tudo isto e o que o castelo representa. Este — como quase toda a Varsóvia — foi reduzido a escombros durante a insurreição, e agora reconstrói-se rapidamente como símbolo do Estado e da soberania da Pátria.

O facto de a *razão de ser do Estado estar na soberania da sociedade, da nação e da pátria*, nós Polacos, sentimo-lo de modo profundíssimo. Aprendemo-lo em todo o decurso da nossa história, especialmente através das duras provas históricas dos últimos séculos. Nunca podemos esquecer aquela terrível lição histórica que foi a perda da independência da Polónia desde o fim do século XVIII até ao início do século presente. Esta experiência, dolorosa e, na sua essência, negativa, tornou-se como novo cadinho do patriotismo polaco. A palavra «pátria» tem para nós tal significado, conceitual e ao mesmo tempo afectivo, que as outras Nações da Europa e do mundo parece não conhecerem, especialmente as que não experimentaram danos históricos, injustiças e ameaças como os da nossa Nação. E por isso é que a última Guerra Mundial e a ocupação, vividas pela Polónia, foram para a nossa geração um abalo tão grande, ainda há trinta e cinco anos, quando a guerra acabou em todas as frentes. Nesse momento teve início novo período da história da nossa pátria. Não podemos porém esquecer tudo o que influiu sobre a experiência da guerra e da ocupação, não podemos esquecer o sacrifício da vida de tantos homens e mulheres da Polónia. Não podemos nem sequer esquecer o heroísmo do soldado polaco que combateu em todas as frentes do mundo apara a nossa liberdade e para a vossa».

Nutrimos respeito e estamos reconhecidos a todas as ajudas que então recebemos dos outros, mas com amargura pensamos nas desilusões que não nos foram poupadas.

3. Nos telegramas e nos escritos que os altos Representantes das Autoridades estatais polacas se dignaram enviar-me, quer por ocasião da inauguração do Pontificado, quer do convite presente, voltava o pensamento da paz, da convivência e da aproximação entre as Nações no mundo contemporâneo. Certamente, o desejo expresso nesse pensamento tem *profundo sentido ético*. Atrás dele está também a história da ciência polaca, começando por Paulo Wlodkiwic. A paz e a aproximação entre os povos só se pode construir *sobre o princípio do respeito dos direitos objectivos da nação*, tais como: o direito à existência, à liberdade, a ser sujeito sócio-político e à formação da própria cultura e civilização.

Permito-me ainda mais uma vez repetir as palavras de Paulo VI. No inesquecível encontro de 1 de Dezembro de 1977, exprimiu-se nestes termos: «... Não Nos cansaremos de Nos esforçar, ainda e sempre, do melhor modo que as Nossas possibilidades o consintam, para que se evitem ou se resolvam com equidade os conflitos entre as Nações e para que sejam asseguradas e melhoradas as bases indispensáveis à mais justa ordem económica mundial; o abandono equilibrado dos armamentos, cada vez mais ameaçadores, mesmo no sector nuclear, como

preparação para um gradual e equilibrado desarmamento; e a melhoria das relações económicas, culturais e humanas entre povos, indivíduos e grupos sociais (Cfr. *L'Osservatore Romano*, 2.12.77, pág. 2).

Nestas palavras exprime-se a doutrina social da Igreja que sempre dá apoio ao autêntico progresso e ao desenvolvimento pacífico da humanidade; por conseguinte — enquanto todas as formas do colonialismo político, económico ou cultural continuam em contradição com as exigências da ordem internacional — é necessário apreciar todas as alianças e os pactos que se baseiam sobre o respeito recíproco e sobre o reconhecimento do bem de cada nação e de cada Estado no sistema das relações recíprocas. É importante que as nações e os Estados unindo-se entre si para uma colaboração voluntária e conforme com o objectivo em vista, encontrem ao mesmo tempo nesta colaboração o aumento do próprio bem-estar e da própria prosperidade. Precisamente a tal sistema de relações internacionais e tais resoluções entre cada um dos Estados é que a Santa Sé aspira em nome das bases fundamentais da justiça e da paz no mundo contemporâneo.

4. A Igreja deseja servir os homens também na dimensão temporal da sua vida e existência. Dado que esta dimensão se realiza graças a o homem pertencer às diversas comunidades - nacionais e estatais, e por conseguinte, simultaneamente, sociais, políticas, económicas e culturais -, a Igreja descobre de novo a própria missão em relação a estes sectores da vida e da acção do homem. Confirmam-no a doutrina do Concílio Vaticano II e dos últimos Pontífices.

Estabelecendo um contacto religioso com o homem, *a Igreja consolida-o nos seus laços sociais naturais*. A história da Polónia confirmou de modo eminente que a Igreja na nossa Pátria sempre procurou, por vários caminhos, educar filhos e filhas capazes de bem servir a nação, bons cidadãos e trabalhadores úteis e criativos, nos diversos campos da vida social, profissional e cultural. E isto deriva da missão fundamental da Igreja que, em toda a parte e sempre, ambiciona tornar o homem melhor, mais consciente da sua dignidade, mais entregue na sua vida aos compromissos familiares, sociais, profissionais e patrióticos. A tornar o homem mais confiante, mais corajoso, consciente dos seus direitos e dos seus deveres, socialmente responsável, criativo e útil.

A Igreja, para esta sua actividade não deseja privilégios, mas só e exclusivamente *o que é indispensável para realizar a sua missão*. E é nesta direcção que está orientada a actividade do Episcopado, dirigido há mais de 30 anos por um Homem de alta envergadura, como o é o Cardeal Stefan Wyszyński, Primaz da Polónia. Se a Sé Apostólica procura neste campo um acordo com as Autoridades Estatais, está consciente que, além dos motivos relativos à criação das condições para uma actividade integral da Igreja, tal acordo corresponde às *razões históricas da Nação*, cujos Filhos e Filhas, na grande maioria, são os Filhos e as Filhas da Igreja católica. A luz destas indiscutíveis premissas, consideramos tal acordo como um dos elementos da ordem ética e internacional na Europa e no mundo contemporâneo, ordem que provém do respeito dos

direitos das nações e dos direitos do homem. Permito-me, por conseguinte, exprimir a opinião de que não se pode desistir dos esforços e das pesquisas nesta direcção.

5. Permito-me também exprimir *a minha alegria por todo o bem de que participam os meus compatriotas*, que vivem na nossa Pátria, qualquer que seja a natureza deste bem e qualquer que seja a inspiração donde ele provém. Um pensamento que cria o verdadeiro bem deve trazer consigo um sinal de verdade.

Éeste bem, com todo o bom êxito futuro, a maior abundância e em cada sector da vida, que desejo para a Polónia. Permiti, Ilustres Senhores, que eu continue a considerar este bem como meu; que sinta a minha participação nele tão profundamente como se vivesse ainda nesta terra e fosse ainda cidadão deste Estado.

E com a mesma, ou talvez ainda maior intensidade, em consequência da distância, continuarei a sentir no meu coração tudo o que poderia ameaçar a Polónia, o que poderia lesá-la ou causar-lhe prejuízo, isto é, tudo o que poderia significar estagnação ou crise.

Permiti que eu continue a sentir, a pensar e a esperar assim, e que reze por isso.

Fala-vos um Filho da mesma Pátria.

Particularmente próximo do meu coração está tudo aquilo em que se exprime a solicitude pelo bem e pela consolidação da família, pela saúde moral da jovem geração.

Ilustres Senhores

Exmo. Senhor Primeiro-Ministro

Desejo renovar, por fim, mais uma vez um cordial agradecimento, e exprimir a minha estima por todas a vossa solicitude, que tenha como objectivo o bem comum dos nossos compatriotas e a devida importância da Polónia na vida internacional. Acrescento uma expressão de consideração por todos vós, distintos Representantes das Autoridades, e por cada um em particular, segundo o cargo que exerce e segundo a dignidade que reveste, como também segundo a importante parte de responsabilidade que pesa sobre cada um perante a história e a vossa consciência.